



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

**Grupo de Trabalho – Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens**

Relatório

10 de janeiro de 2023

**Presencial**

**Audição de entidades no âmbito do acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens**

– Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

A Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Cláudia André (PSD), deu as boas-vindas à equipa responsável pelo Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.

A equipa responsável pelo Programa referiu o seguinte, em síntese:

- Apresentaram o trabalho que tem sido desenvolvido pela Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE), doravante Estrutura, dando nota de que, em 2016, quando foi criada, o objetivo definido passava pela redução em 50 % das taxas de retenção do insucesso escolar;
- Essa meta encontrava-se dividida, definindo-se que 25 % da redução devia ser atingida entre 2016 e 2018. No âmbito do seu desígnio, a Estrutura lançou um desafio às escolas, que passava pela criação de um plano de ação estratégica, que, por um lado, identificava as fragilidades e, por outro lado, desenhava um plano de intervenção a dois anos, com medidas customizadas a cada realidade. Esse plano, criado com um conceito de *botton-up*, levou a uma elevada adesão por parte das escolas elegíveis;
- Da aplicação desse plano resultou a necessidade de dar formação aos docentes para que melhor implementassem as ações pedagógicas, tendo sido cerca de 70.000 os professores que receberam essa formação. Outro dos pilares do plano de ação assentava no conceito de *accountability*, baseado na avaliação, na prestação de contas e na autorregulação por parte das escolas;
- O 4.º pilar foi a integração nos planos territoriais das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais da previsão de investimento do Fundo Social Europeu das necessidades identificadas, desde logo as relacionadas com os recursos humanos para a área da educação, em convergência com os planos estratégicos;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Relativamente às medidas aplicadas nas escolas, as 2915 medidas, tratava-se de ações de natureza diversa, desde medidas curriculares, organizacionais, didático-pedagógicas, de regulação colaborativa, estratégias de ensino, organizacionais e socio comportamentais;
- Foram criados simuladores que demonstravam e comparavam as taxas de retenção ao nível do País, da comunidade intermunicipal, do município e da escola, servindo de instrumento de autorregulação a cada escola. Dentro desta avaliação, foi identificada a utilidade de considerar igualmente a composição da turma, isto é, o contexto socioeconómico dos alunos, pelo que a exigência de resultados teria que ter em atenção as diferenças existentes;
- No que respeita aos resultados da própria Estrutura, anunciou que a taxa do insucesso escolar foi reduzida para 29 % e que tinha sido verificada uma tendência de maior equidade educativa, acrescentando, ainda, que o fruto desse trabalho foi devolvido às escolas, mas também às comunidades intermunicipais e aos municípios, sendo cada um destes intervenientes informado do que tinha conseguido alcançar;
- Outra das conclusões foi a da relevância do levantamento das escolas que tinham atingido maior sucesso e das medidas que foram aí implementadas, informação publicada num documento intitulado «A ação estratégica das 50 escolas que mais diminuíram o insucesso no ensino básico». Deste trabalho, resultou o apuramento das medidas que foram mais eficazes, das quais deu alguns exemplos, explicando que as mesmas foram espelhadas no plano de recuperação das aprendizagens no período pós-pandemia, podendo ser adotadas pelas escolas, em alguns casos, readotadas, atenta a existência de escolas que já haviam aplicado algumas dessas medidas nos seus planos de ação estratégica;
- Os desafios para o futuro são, desde logo uma análise que tenha por base um critério territorial, olhando para algumas regiões em particular, como é o caso do Algarve e os grupos culturais minoritários, nomeadamente, os alunos de etnia cigana, e para o nível de ensino secundário, que aparecia ainda como uma fragilidade no que respeita ao sucesso escolar.

Intervieram depois os Senhores Deputados Agostinho Santa (PS), Carla Madureira PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Carla Castro (IL).

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, a equipa responsável pelo Programa referiu o seguinte, em síntese:



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- Os estudos amostrais exploratórios já se encontram disponíveis *online* na página do PNPSE e já estão em linha com tudo o que tem sido o trabalho de avaliação de eficácia, de equidade e de eficiência que o Programa fez anteriormente e estão inteiramente dedicados às medidas do Plano de Recuperação das Aprendizagens;
- Irá ser aberto concurso para um segundo estudo, para o ensino secundário, com a mesma metodologia;
- Sobre a estrutura do Plano, este integrava medidas que já tinham sido analisadas pela Estrutura, no âmbito do PNPSE, e que eram agora disponibilizadas às escolas para que escolhessem aquelas que mais se adequavam à sua realidade. Foi reconhecida a dificuldade em quantificar o sucesso de medidas concretas na recuperação das aprendizagens, pois a sua eficácia dependia da escola em que estavam a ser aplicadas, salientando, ainda, que os resultados eram produzidos não por medidas isoladas, mas pelo seu conjunto;
- Sobre a situação do Algarve, no momento em que aplicaram o plano de ação estratégica, essa região tinha sido a única a não concorrer à medida dos pactos territoriais, não fazendo planos integrados de combate ao insucesso escolar, situação que se tinha alterado, no quadro dos apoios comunitários (PT2030), havendo previsão da alocação de fundos para o insucesso escolar;
- Quanto às medidas de autorregulação, e de responsabilização dos alunos pelo seu sucesso escolar, os Senhores Deputados foram convidados a consultar a documentação entregue na audição e que tinha informação mais precisa sobre essa matéria e, sobre a flexibilidade dos currículos escolares, informou que estava prevista a realização de uma avaliação no decurso do próximo ano letivo;
- Relativamente ao número de técnicos especializados, algumas escolas consideraram insuficiente e pedem mais recursos. Sobre a estabilidade dos seus vínculos, a questão não se coloca, pois, a larga maioria é reconduzido nas suas funções. Quanto ao acesso a consultas de psicologia nas escolas, foi recordado que a atividade dos psicólogos não se limitava à assistência clínica, havendo muitas sessões informais, para as quais não era necessária a autorização dos encarregados de educação.

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo, constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 20 de janeiro de 2023



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA**

A Assessora Parlamentar

(Vanessa Louro)